

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional 4º Trimestre de 2009 e Ano 2009

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

Em 2009, a necessidade de financiamento externo da economia portuguesa reduziu-se para 9,4% do PIB, menos 0,6 pontos percentuais que em 2008. Esta melhoria reflectiu o aumento da capacidade de financiamento das Famílias e das Sociedades Financeiras e a redução da necessidade de financiamento das Sociedades não-financeiras que mais que compensaram o aumento significativo da necessidade de financiamento das Administrações Públicas. Efectivamente, em conjunto, os três primeiros sectores registaram um saldo nulo em 2009, reflectindo quer um aumento das respectivas poupanças correntes quer a diminuição do investimento, enquanto o saldo negativo das Administrações Públicas se situou ao nível da necessidade de financiamento externo da economia. Destaque-se o aumento da poupança corrente das famílias, cuja taxa de poupança passou de 6,4% do seu rendimento disponível em 2008 para 8,8% em 2009.

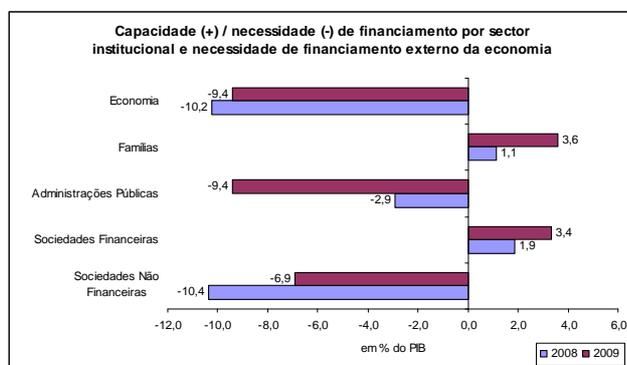
A informação apresentada (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) corresponde à primeira versão do 4º trimestre de 2009 das contas trimestrais por sector institucional (CTSI). A agregação dos quatro trimestres do ano permite obter uma versão preliminar das contas nacionais por sector institucional para 2009. Relativamente às estimativas das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) a 70 dias, divulgadas no dia 11 do corrente mês, as CTSI, além de integrarem alguma informação mais recente, nomeadamente a informação da última notificação do procedimento dos défices excessivos, distinguem-se porque, ao contrário das CNT, não são ajustadas de sazonalidade. Por esse motivo, na informação de carácter trimestral, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se a somas ou médias móveis de 4 trimestres (mm4), ou

seja, correspondentes ao ano acabado no trimestre de referência. Estas médias permitem eliminar flutuações de natureza sazonal e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na análise dos resultados trimestrais, as taxas de variação em cadeia comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

Esta nota informativa está organizada da seguinte forma: na primeira secção comparam-se os principais resultados obtidos para 2009 com os correspondentes a 2008; na secção seguinte retoma-se a análise habitual sobre a evolução trimestral; na última secção referem-se os principais factores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

• **2009 - Principais resultados**

Em 2009, a necessidade de financiamento externo da economia ascendeu a 9,4% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,6 pontos percentuais (p.p.) que o verificado em 2008. Esta evolução verificou-se num contexto de redução da actividade económica conforme expresso pelas CNT. As consequências dessa redução não se fizeram sentir de modo uniforme em todos os sectores institucionais (ver gráfico seguinte). Por um lado, assistiu-se a uma forte deterioração do saldo das Administrações Públicas que se situou ao mesmo nível da necessidade de financiamento externo da economia. Por outro, a capacidade de financiamento das Famílias¹ e do sector das Sociedades Financeiras aumentou e a necessidade de financiamento do sector das Sociedades Não Financeiras diminuiu.



Estes desenvolvimentos nos três sectores institucionais atrás referidos estiveram sobretudo associados a poupanças correntes mais elevadas e a reduções significativas do investimento.

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

O aumento da poupança corrente foi particularmente intenso no caso das Famílias, cuja taxa de poupança passou de 6,4% do rendimento disponível, em 2008, para 8,8%, em 2009. Este aumento resultou fundamentalmente da variação negativa nominal do consumo que se situou em -2,5% já que o rendimento disponível se manteve praticamente ao mesmo nível de 2008. Também no caso das Sociedades Financeiras foi o aumento da poupança corrente o principal factor para a melhoria da capacidade de financiamento do sector. Diversamente, no caso das Sociedades Não Financeiras, o principal factor para a redução da necessidade de financiamento deste sector em 2009 foi a forte contracção do investimento que, em valor, variou -23,9%.

A deterioração do saldo das Administrações Públicas esteve associada ao aumento do investimento e, sobretudo, à acentuação do valor negativo da poupança corrente. Efectivamente este saldo passou de -1,0% do PIB, em 2008, para -6,4%, em 2009.

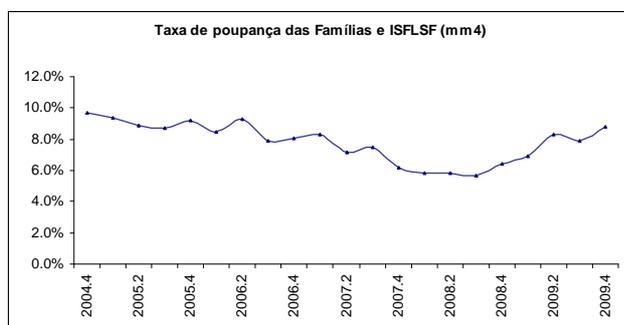
A dimensão da necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas não pode deixar de estar associada ao efeito da crise económica tanto no lado dos recursos, com a correspondente perda da receita de impostos (os impostos sobre a produção e importação e os impostos sobre o rendimento e património apresentam variações de -12,0% e de -9,2%, respectivamente), como nos empregos, sobretudo devido ao aumento das despesas correntes em prestações sociais que atingiu 8,8%.

- **4º Trimestre – Principais resultados**

Sector das Famílias

O rendimento disponível das Famílias registou no ano acabado no 4º trimestre de 2009 uma taxa de variação nominal em cadeia de 0,7%, após ter registado uma variação negativa de -1,3% no ano acabado no trimestre anterior.

A evolução do rendimento disponível, associada à continuada diminuição das despesas de consumo final, conduziu a um aumento da taxa de poupança para 8,8% no ano acabado no 4º trimestre de 2009, 0,9 p.p. superior à observada no ano acabado no trimestre precedente, evolução visível no gráfico seguinte.

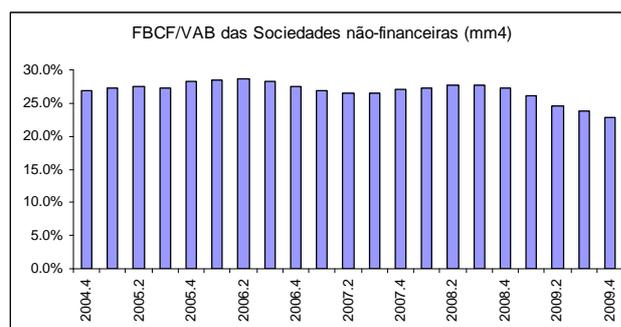


Os recursos gerados pela poupança conjuntamente com o saldo das transferências de capital recebidas pelo sector das Famílias apresentaram, no 4º trimestre de 2009, uma taxa de variação nominal em cadeia de 6,8%. Esta evolução associada ao decréscimo do investimento (Formação Bruta de Capital + Aquisições líquidas de cessões de activos não-financeiros não produzidos) conduziu, assim, à melhoria significativa da capacidade de financiamento das Famílias, cujo peso no PIB se situou em 3,6% no ano acabado no 4º trimestre de

2009, mais 0,7 p.p. que o registado no ano acabado no 3º trimestre.

Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)²

O investimento no sector das Sociedades não-financeiras voltou a apresentar uma significativa diminuição com uma taxa de variação em cadeia de -4,0%, embora menos intensa que a registada no ano acabado no 3º trimestre (variação de -5,4%). A redução do investimento foi basicamente determinada pela variação negativa da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Com efeito, como se evidencia no gráfico seguinte, construído com a série da média móvel de quatro trimestres da taxa de investimento das Sociedades não-financeiras (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do sector), manteve-se no 4º trimestre de 2009 a trajectória decrescente desta taxa.



O sector das Sociedades não-financeiras, embora apresentando estruturalmente necessidade de financiamento, registou uma melhoria neste saldo, que passou de -7,9% do PIB no ano acabado no 3º

² Sector das Sociedades não-financeiras com o código S11 e sector das Sociedades Financeiras com o código S12.

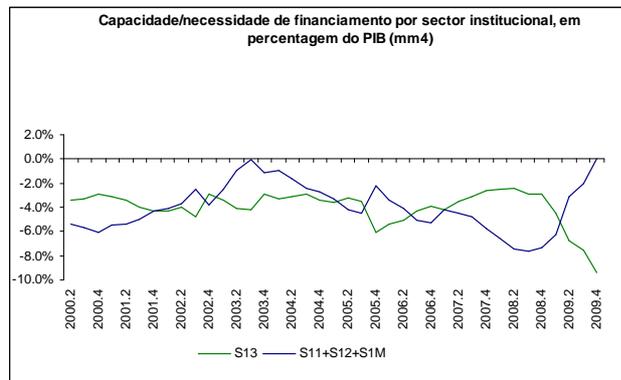
trimestre para -6,9% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2009, reflectindo sobretudo o decréscimo do investimento.

No sector das Sociedades Financeiras, estima-se que a sua capacidade de financiamento tenha aumentado em 0,4 p.p. do PIB, do 3º para 4º trimestre de 2009, embora neste sector, ao contrário do anterior, não tenha sido substancial a redução do investimento. Efectivamente, o efeito da evolução negativa da Formação Bruta de Capital neste sector foi ligeiramente contrariado com o aumento das despesas líquidas em activos não financeiros não produzidos.

Sector das Administrações Públicas³

Contrariamente ao conjunto dos outros sectores, o sector das Administrações Públicas registou um agravamento significativo da necessidade de financiamento. A necessidade de financiamento acumulada dos quatro trimestres de 2009 atingiu 9,4% do PIB (-7,5% no ano acabado no 3º trimestre). Este agravamento reflectiu em grande medida a redução significativa no 4º trimestre das receitas com impostos, particularmente, dos impostos sobre o rendimento e património.

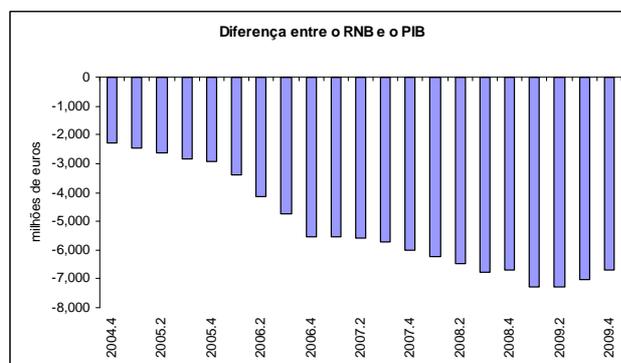
O gráfico seguinte ilustra a evolução da necessidade de financiamento do sector público por oposição à dos outros sectores da economia, evidenciando-se ao longo da série alguma simetria de comportamentos que, no ano de 2009, se acentuou.



Total da Economia

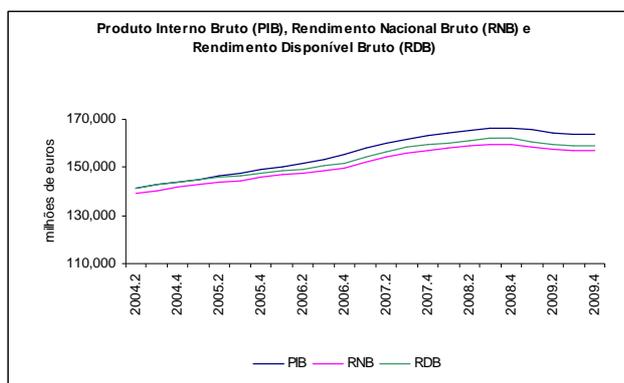
A necessidade de financiamento externo da economia em percentagem do PIB em 2009 situou-se em -9,4% (-9,6% no ano acabado no 3º trimestre de 2009).

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou em termos nominais, no ano terminado no 4º trimestre de 2009, uma taxa variação em cadeia superior à do PIB em 0,2 p.p., reflectindo sobretudo a redução registada no défice dos rendimentos primários com o exterior, atenuando-se um pouco a diferença entre os dois agregados como é visível no gráfico seguinte.

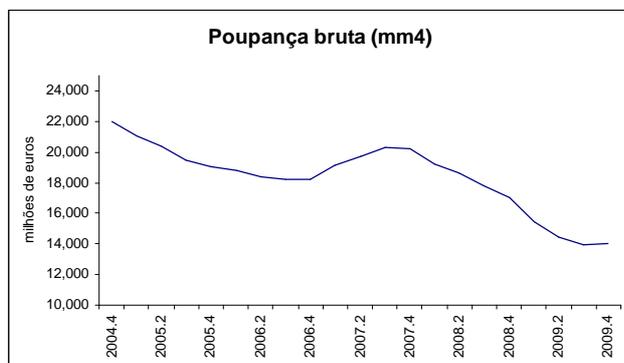


³ Código S13.

O aumento observado no saldo positivo das transferências correntes com o exterior no 4º trimestre de 2009 contrariou a tendência que, desde o final de 2008, vinha conduzindo a uma aproximação do Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) ao RNB, como se pode ver no gráfico seguinte.



A despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das Administrações Públicas) registou no 4º trimestre uma taxa de variação em cadeia inferior em 0,1 p.p. à do RDB. Em consequência, verificou-se uma ligeira recuperação da poupança bruta corrente da economia que vinha decrescendo desde o 4º trimestre de 2007, como é visível no gráfico seguinte.



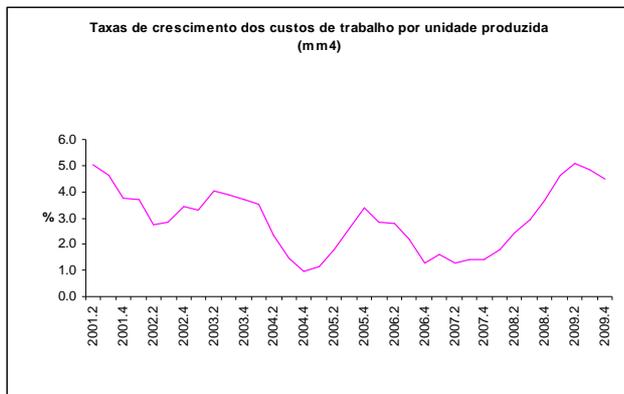
O saldo das transferências de capital com o exterior, onde se destaca o efeito dos fundos estruturais, apresentou um decréscimo significativo, apresentando uma taxa de variação nominal face ao ano acabado no 3º trimestre de -21,3%. Apesar da redução do saldo das transferências de capital, a diminuição do investimento permitiu o decréscimo da necessidade de financiamento externo da economia em percentagem do PIB, como se pode ver no quadro seguinte (com todos os indicadores apresentados em percentagem do PIB).

unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2007T4	12.4	1.3	22.1	-8.4
2008T1	11.7	1.5	22.3	-9.1
2008T2	11.3	1.5	22.6	-9.9
2008T3	10.7	1.4	22.6	-10.5
2008T4	10.2	1.6	22.1	-10.2
2009T1	9.3	1.3	21.3	-10.7
2009T2	8.8	1.4	20.2	-9.9
2009T3	8.5	1.4	19.4	-9.6
2009T4	8.6	1.1	19.1	-9.4

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

Os CTUP desaceleraram no 4º trimestre embora a um ritmo menos acentuado que no 3º trimestre, conforme se pode ver no gráfico seguinte, reflectindo uma variação da produtividade menos negativa que a verificada no trimestre anterior. Ainda assim, esta evolução mais recente não impediu que, no conjunto do ano, os CTUP se tenham agravado comparativamente ao ano anterior.



- **Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior**

Relativamente às contas apresentadas no trimestre anterior, estas Contas Trimestrais por Sector Institucional incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2009, as principais revisões reflectem sobretudo:

- (i) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) a 70 dias associadas, por sua vez, a revisões na informação de base.
- (ii) A incorporação da informação apurada no âmbito da notificação relativa ao procedimento dos défices excessivos reportada ao Eurostat a 29 do corrente mês. Entre outros efeitos, a incorporação desta informação determinou uma revisão em alta do Consumo Final das Administrações Públicas e, consequentemente, do PIB. Efectivamente, o nível do PIB foi revisto em alta em cerca

de 27,3 e de 296,0 milhões de euros, respectivamente em 2008 e 2009, em relação às CNT publicadas em 11 de Março passado.

- (iii) A revisão dos valores de base de custos e proveitos dos trimestres de 2008 e 2009 das instituições financeiras monetárias (excluindo o Banco de Portugal).

Notas:

Quadro conceptual

As contas trimestrais dos sectores representam uma descrição trimestral de fluxos de produção, de rendimentos primários, de redistribuição de rendimentos primários, de investimento e consumo final, dos diferentes sectores institucionais, permitindo apurar as respectivas necessidades ou capacidades de financiamento, sendo totalmente coerentes com a série das contas nacionais anuais (base 2000), cuja última divulgação, para o período 1995–2006, ocorreu no passado dia 28 de Julho.

Todas as normas, definições, classificações e regras relativas à elaboração das contas trimestrais não financeiras dos sectores institucionais, são conformes com os princípios do Sistema Europeu da Contas Nacionais e Regionais (SEC95).

A desagregação sectorial adoptada é a que corresponde à obrigatoriedade do programa de transmissão, elaborando-se contas para os seguintes sectores:

S.1 – Economia Nacional

S.1.1 – Sociedades Não Financeiras

S.1.2 – Instituições Financeiras

S.1.3 – Administrações Públicas

S.1M – Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

S.2 – Resto do Mundo

O sector das Administrações Públicas inclui todas as unidades institucionais tendencialmente produtores não mercantis e cuja produção se destina a consumo individual e colectivo. O sector das famílias compreende os indivíduos ou grupos de indivíduos, quer na sua função de consumidores, quer na sua eventual função de empresários que produzem bens e serviços, desde que não sejam entidades distintas. Nestas contas as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (ISFLSF), considerando que o seu peso económico é relativamente limitado, são agrupadas com as famílias. O resto do mundo corresponde a unidades não residentes, na medida em que estas efectuem transacções com unidades institucionais residentes.

As contas económicas por sector registam, em princípio, todas as operações entre os agentes económicos durante um determinado período. As operações são agrupadas em várias categorias com diferente significado económico, tal como “remunerações dos trabalhadores” ou “prestações sociais”. Por sua vez, estas categorias de operações são integradas numa sequência ordenada de contas que descrevem o ciclo económico, desde a produção de bens e serviços, a criação e distribuição do rendimento, a utilização do rendimento para consumo, poupança e investimento, até à acumulação em forma de activos. Cada operação não financeira é registada como um aumento em “recursos” de um determinado sector e um decréscimo nos “empregos” de outro sector.

O SEC regista os fluxos e os stocks num conjunto ordenado de contas que descreve o ciclo económico da criação, distribuição e redistribuição do rendimento até à sua acumulação sob a forma de activos.

Cada conta apresenta operações que se equilibram, quer em resultado das definições utilizadas quer por um saldo significativo transitar para a conta seguinte.

O registo estruturado das operações segundo uma lógica de análise da vida económica fornece os agregados necessários ao estudo de um ramo de actividade, de um sector ou subsector institucional ou do conjunto da economia. A divisão por contas foi concebida de modo a mostrar as informações económicas mais significativas.

As contas dividem-se em três categorias:

- a) contas correntes;
- b) contas de acumulação;
- c) contas de património (O Sistema de Contas Nacionais Português. Ainda não compila contas de património).

Os saldos das contas estabelecem-se tanto em termos brutos como líquidos (excluindo o consumo de capital fixo, que representa o montante dos activos fixos consumidos, como resultado do desgaste normal e da obsolescência previsível dos mesmos).

Divulgação de dados

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

– Operações sobre bens e serviços (P):

P.1	Produção
P.2	Consumo intermédio
P.3	Despesa de consumo final
P.31	Despesa de consumo individual
P.32	Despesa de consumo colectivo
P.4	Consumo final efectivo
P.41	Consumo efectivo individual
P.42	Consumo efectivo colectivo
P.5	Formação bruta de capital
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.52	Variação de existências
P.53	Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
P.6	Exportação de bens e serviços
P.61	Exportação de bens
P.62	Exportação de serviços
P.7	Importação de bens e serviços
P.71	Importação de bens
P.72	Importação de serviços

– Operações de distribuição (D)

D.1	Remunerações dos empregados
D.11	Ordenados e salários
D.12	Contribuições sociais dos empregadores
D.121	Contribuições sociais efectivas dos empregadores
D.122	Contribuições sociais imputadas dos empregadores
D.2	Impostos sobre a produção e a importação
D.21	Impostos sobre os produtos
D.29	Outros impostos sobre a produção
D.3	Subsídios
D.31	Subsídios aos produtos
D.39	Outros subsídios à produção

D.4	Rendimentos de propriedade
D.41	Juros
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
D.45	Rendas
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
D.6	Contribuições e prestações sociais
D.61	Contribuições sociais
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
D.71	Prémios líquidos de seguros não-vida
D.72	Indemnizações de seguros não-vida
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas
D.74	Cooperação internacional corrente
D.75	Transferências correntes diversas
D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
D.9	Transferências de capital
D.91	Impostos de capital
D.92	Ajudas ao investimento
D.99	Outras transferências de capital
D.92	Subsídios ao investimento
D.99	Outras transferências de capital

– Outros registos de acumulação (K)

K.1	Consumo de capital fixo
K.2	Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos

– Saldos (B)

B.1	Valor acrescentado / B.1* Produto interno
B.2/B.3	Excedente de exploração/ Rendimento misto
B.5	Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
B.6	Rendimento disponível
B.7	Rendimento disponível ajustado
B.8	Poupança
B.9	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
B.10	Variações do património líquido
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital
B.11	Saldo externo de bens e serviços
B.12	Saldo externo corrente

Esta informação está disponível e pode ser obtida mediante solicitação.